



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**SUPRAM CENTRAL METROPOLITANA - Diretoria Regional de  
Regularização Ambiental**

**Processo nº 1370.01.0053572/2022-93**

Belo Horizonte, 09 de novembro de 2022.

**Procedência: Despacho nº 1665/2022/SEMAD/SUPRAM CENTRAL-DRRA**

**Destinatário(s): SUPRAM CENTRAL METROPOLITANA - Diretoria Regional de  
Controle Processual**

**Assunto:** Arquivamento do processo SLA 6446/2021 - ALPINE METAL TECH BRASIL -  
PECAS E SERVICOS LTDA

### **DESPACHO**

Prezada,

Em 21/12/2021 o empreendimento ALPINE METAL TECH BRASIL - PECAS E SERVICOS LTDA, localizado no município de Nova Lima /MG, formalizou, via sistema de licenciamento ambiental (SLA) o processo nº 6446/2021, na modalidade de Licenciamento Ambiental Concomitante (LAC - 1). A atividade a ser realizada pelo empreendimento foi enquadrada pela Deliberação Normativa (DN) Copam 217/2017 como "Fabricação de máquinas em geral e implementos agrícolas, bem como suas peças e acessórios metálicos" (código B-07-01-3), com Área útil de 0,432 ha .

Em 12/05/2022 foi enviado, via SLA, pedido de informações complementares (IC) ao empreendimento contendo 08 solicitações, com prazo de entrega de 60 dias (11/07/2022).

No pedido de nº 2, foi solicitada a apresentação da Declaração de Conformidade da Prefeitura de Nova Lima, uma vez que o documento não foi apresentado quando da formalização do processo. Em observação foi informado que a declaração deve ser apresentada nos moldes do modelo constante no site da SEMAD (na aba "regularização ambiental" – "requerimentos"), e deve observar, ainda, o disposto no art. 18 do Decreto Estadual 47.383/2018. Em resposta, enviada no dia 28/06/2022, o empreendedor apresentou parcialmente a informação solicitada. Foi reaberta a IC com o prazo original para conclusão da solicitação. Invalidação foi decorrente de não haver ferramenta específica no SLA para reabertura do prazo. Então foi reaberta uma nova IC requerendo o mesmo texto em 07/07/2022 com validade até 04/11/2022 .

Destaca-se que a DN Copam 217/2017, em artigo 26 dispõe que:

Art. 26 – Durante a análise do processo de licenciamento ambiental, caso seja verificada a insuficiência de informações, documentos ou estudos apresentados, o órgão ambiental estadual deverá exigir sua complementação, exceto nos casos que ensejem o arquivamento ou o indeferimento de plano.

§1º – As exigências de complementação de que trata o caput serão comunicadas ao

empreendedor em sua completude **uma única vez**, ressalvadas aquelas decorrentes de fatos supervenientes verificados pela equipe técnica e devidamente justificados nos autos do licenciamento ambiental. (grifo nosso).

§2º – Caso o órgão ambiental solicite esclarecimentos adicionais, documentos ou informações complementares, o empreendedor deverá atender à solicitação no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da respectiva notificação, admitida prorrogação justificada por igual período.

§4º – O prazo previsto no parágrafo anterior poderá ser sobrestado quando os estudos solicitados exigirem prazos para elaboração maiores que os previstos no §2º, desde que o empreendedor apresente o cronograma de execução, a ser avaliado pelo órgão ambiental estadual.

§5º – O não atendimento pelo empreendedor das exigências previstas nos §1º, 2º e 4º ensejará o arquivamento do processo de licenciamento; sem prejuízo da interposição de recurso ou da formalização de novo processo.

Dessa forma, considerando o disposto no artigo 26 da DN Copam 217/2017, solicita-se avaliação quanto à possibilidade de arquivamento do processo 6446/2021, do empreendimento ALPINE METAL TECH BRASIL - PECAS E SERVICOS LTDA.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Elizabeth Rodrigues Brito Ibrahim, Diretora**, em 10/11/2022, às 10:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **56000195** e o código CRC **9CD55D07**.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SUPRAM CENTRAL METROPOLITANA - Diretoria Regional de  
Controle Processual

**Processo** nº 1370.01.0053572/2022-93

Belo Horizonte, 29 de novembro de 2022.

**Procedência: Despacho nº 1400/2022/SEMAD/SUPRAM CENTRAL-DRCP**

**Destinatário(s): Superintendente Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana**

**Assunto:** Resposta ao Despacho 1665 (56000195) - Arquivamento

### **DESPACHO**

**Considerando** que em 21/12/2021, o empreendimento **ALPINE METAL TECH BRASIL - PECAS E SERVICOS LTDA**, formalizou pedido de licenciamento ambiental por meio do processo **SLA 6446/2021**;

**Considerando** que conforme relatado no Despacho 1665 (56000195) da DRRA, houve pedido de Informações Complementares ao empreendedor enviado via SLA em 12/05/2022;

**Considerando** que o pedido supra foi atendido parcialmente pelo empreendedor e que mesmo após reabertura do prazo para complementação das Informações Complementares no que tange à Declaração de Conformidade da Prefeitura de Nova Lima e a sua apresentação nos moldes do art. 18 do Decreto Estadual nº 47.383/2018, o empreendedor não o fez no prazo estabelecido, qual seja, até o dia 04/11/2022;

**Considerando** o disposto no artigo 26 da DN 217/2017 transcrito abaixo:

*Art. 26 - Durante a análise do processo de licenciamento ambiental, caso seja verificada a insuficiência de informações, documentos ou estudos apresentados, o órgão ambiental estadual deverá exigir sua complementação, exceto nos casos que ensejem o arquivamento ou o indeferimento de plano.*

*§1º - As exigências de complementação de que trata o caput serão comunicadas ao empreendedor em sua completude **uma única vez**, ressalvadas aquelas decorrentes de fatos supervenientes verificados pela equipe técnica e devidamente justificados nos autos do licenciamento ambiental. (grifo nosso).*

*§2º - Caso o órgão ambiental solicite esclarecimentos*

adicionais, documentos ou informações complementares, o empreendedor deverá atender à solicitação no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da respectiva notificação, admitida prorrogação justificada por igual período.

§4º - O prazo previsto no parágrafo anterior poderá ser sobrestado quando os estudos solicitados exigirem prazos para elaboração maiores que os previstos no §2º, desde que o empreendedor apresente o cronograma de execução, a ser avaliado pelo órgão ambiental estadual.

§5º - **O não atendimento pelo empreendedor das exigências previstas nos §1º, 2º e 4º ensejará o arquivamento do processo de licenciamento;** sem prejuízo da interposição de recurso ou da formalização de novo processo.

**Sugere-se o arquivamento do processo de licenciamento ambiental SLA nº 6446/2021 do empreendimento ALPINE METAL TECH BRASIL - PECAS E SERVICOS LTDA.**

Destacamos que a Diretoria Regional de Controle Processual realizou tão somente a pré-análise dos documentos originariamente apresentados no referido processo de licenciamento ambiental, cabendo a esta Diretoria apenas certificar, neste caso, a hipótese legal para arquivamento do processo.

A análise do mérito técnico para arquivamento do processo é de responsabilidade exclusiva da Diretoria Regional de Regularização Ambiental.

Atenciosamente.



Documento assinado eletronicamente por **Angelica Aparecida Sezini, Diretora**, em 29/11/2022, às 14:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isabela Fernanda Caroba, Servidor(a) Público(a)**, em 29/11/2022, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **56911766** e o código CRC **D5B71C7B**.





## DECISÃO SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana, no uso de suas atribuições, com base no art. 42, inciso X da Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, de acordo com o art. 51, seu §1º, inciso I, do Decreto nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019, comunica que o pedido de licença ambiental analisado no âmbito do processo administrativo indicado a seguir foi ARQUIVADO.

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : ALPINE METAL TECH BRASIL - PECAS E SERVICOS LTDA

CNPJ/CPF : 05.270.432/0001-36

Empreendimento : ALPINE METAL TECH BRASIL - PECAS E SERVICOS LTDA

Endereço da Pessoa Física ou Jurídica : Rua Victória número/km 214 Bairro Jardim Canadá Cep 34007-656 Nova Lima - MG

Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:

Nova Lima (LAT) -20.0595, (LONG) -43.9796

Fator locacional resultante : 0

Classe predominante resultante : 4

Modalidade de licenciamento : LAC1

Processo Administrativo Licenciamento : 6446/2021

### Motivo da decisão:

Levando-se em consideração o atendimento parcial das informações complementares solicitadas, deixando o empreendedor de apresentar a Declaração de Conformidade da Prefeitura de Nova Lima nos moldes do art. 18 do Decreto Estadual nº 47.383/2018 no prazo assinalado, necessário se faz o arquivamento do processo de licenciamento 6446/2021 em atendimento ao disposto no art. 26 da DN COPAM Nº 217/2017.

Documento emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018.

Belo Horizonte, 30/11/2022.

Documento assinado eletronicamente por FLÁVIA MARIA MAQUINÉ SIMÃO, por delegação, em 30/11/2022 09:14 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Os interessados podem interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, com fundamento no art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018.

**coloca**, nos termos dos art. 13, I, e art. 14 do Decreto nº 47.558, de 11 de dezembro de 2018, o servidor abaixo relacionado lotado no Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais à disposição da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade - SEINFRA, em prorrogação, de 01/01/2023 a 31/12/2023, com ônus para o cessionário:  
HOMERO BITTENCOURT RODRIGUES, MASP 1367226-6, GESTOR DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS, CÓDIGO GTOPI.

**coloca**, nos termos dos art. 13, I, e art. 14 do Decreto nº 47.558, de 11 de dezembro de 2018, o servidor abaixo relacionado lotado no Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais à disposição da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade - SEINFRA, em prorrogação, de 01/01/2023 a 31/12/2023, com ônus para o cessionário:  
DIOVANE DE SÁ LEOPOLDINO, MASP 1028584-9, AUXILIAR DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS, CÓDIGO AUTOP.

**coloca**, nos termos dos art. 13, II, e art. 14 do Decreto nº 47.558, de 11 de dezembro de 2018, a servidora abaixo relacionada lotada no Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais à disposição da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade - SEINFRA, em prorrogação, de 01/01/2023 a 31/12/2023, com ônus para o cedente:  
ROSANE FERNANDES DA SILVA, MASP 1018590-8, AGENTE DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS, CÓDIGO AGTOP.

**coloca**, nos termos dos art. 13, I, e art. 14 do Decreto nº 47.558, de 11 de dezembro de 2018, a servidora abaixo relacionada lotada no Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais à disposição da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade - SEINFRA, em prorrogação, de 01/01/2023 a 31/12/2023, com ônus para o cessionário:  
MARY DE FÁTIMA RESENDE MOREIRA DA COSTA, MASP 1028449-5, AGENTE DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS, CÓDIGO AGTOP.

**coloca**, nos termos dos art. 13, I, e art. 14 do Decreto nº 47.558, de 11 de dezembro de 2018, o servidor abaixo relacionado lotado no Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais à disposição da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade - SEINFRA, em prorrogação, de 01/01/2023 a 31/12/2023, com ônus para o cessionário:  
KLEBER ANTÔNIO SOARES, MASP 1028401-6, AGENTE DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS, CÓDIGO AGTOP.

**coloca**, nos termos dos art. 13, I, e art. 14 do Decreto nº 47.558, de 11 de dezembro de 2018, a servidora abaixo relacionada lotada no Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais à disposição da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade - SEINFRA, em prorrogação, de 01/01/2023 a 31/12/2023, com ônus para o cessionário:  
ANDRÉA ESTRELA ARANTES, MASP 1028483-4, AGENTE DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS, CÓDIGO AGTOP.

**coloca**, nos termos dos art. 13, II, e art. 14 do Decreto nº 47.558, de 11 de dezembro de 2018, a servidora abaixo relacionada lotada no Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais à disposição da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade - SEINFRA, em prorrogação, de 01/01/2023 a 31/12/2023, com ônus para o cedente:  
ELOIZA VIEIRA SILVA MEDEIROS, MASP 1018523-9, AGENTE DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS, CÓDIGO AGTOP.

**coloca**, nos termos dos art. 13, I, e art. 14 do Decreto nº 47.558, de 11 de dezembro de 2018, o servidor abaixo relacionado lotado no Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais à disposição da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade - SEINFRA, em prorrogação, de 01/01/2023 a 31/12/2023, com ônus para o cessionário:  
MARCOS MÁRCIO DA ROCHA FERREIRA, MASP 1028358-8, GESTOR DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS, CÓDIGO GTOPI.

**coloca**, nos termos dos art. 13, I, e art. 14 do Decreto nº 47.558, de 11 de dezembro de 2018, a servidora abaixo relacionada lotada no Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais à disposição da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade - SEINFRA, em prorrogação, de 01/01/2023 a 31/12/2023, com ônus para o cessionário:  
ÂNGELA MARIA CAPOBIANGO, MASP 1028489-1, AGENTE DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS, CÓDIGO AGTOP.

**coloca**, nos termos dos art. 13, I, e art. 14 do Decreto nº 47.558, de 11 de dezembro de 2018, a servidora abaixo relacionada lotada no Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais à disposição da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, em prorrogação, de 01/01/2023 31/12/2023, com ônus para o cessionário:  
THAIS PIERRE LANNA PRATA, MASP 1222961-3, GESTOR DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICA, CÓDIGO GTOPI.

**coloca**, nos termos dos art. 13, I, e art. 14 do Decreto nº 47.558, de 11 de dezembro de 2018, a servidora abaixo relacionada lotada no Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais à disposição da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade - SEINFRA, em prorrogação, de 01/01/2023 a 31/12/2023, com ônus para o cessionário:  
JOANICE DE JESUS CORREIA, MASP 1028580-7, AUXILIAR DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS, CÓDIGO AUTOP.

**coloca**, nos termos dos art. 13, I, e art. 14 do Decreto nº 47.558, de 11 de dezembro de 2018, a servidora abaixo relacionada lotada no Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais à disposição da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade - SEINFRA, em prorrogação, de 01/01/2023 a 31/12/2023, com ônus para o cessionário:  
JOANA CAMPOS BRASIL BAXTER, MASP 1210334-7, FISCAL DE TRANSPORTES E OBRAS RODOVIARIOS, CODIGO FTOR.

**PELA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **revoga** o ato que atribuiu, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e dos Decretos nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, e nº 44.485, de 14 de março de 2007, a **MICHAEL DIEGO DA SILVA**, MASP 14370464, a gratificação temporária estratégica GTED-1 JD1100682 da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **exonera**, nos termos do art. 106, alínea “b”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, **MICHAEL DIEGO DA SILVA**, MASP 14370464, do cargo de provimento em comissão DAD-5 JD1100133 da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **nomeia**, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e tendo em vista a Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e o Decreto nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, **ROGERIO RODRIGUES DE OLIVEIRA JUNIOR**, MASP 11012952, para o cargo de provimento em comissão DAD-5 JD1100058, de recrutamento amplo, para dirigir a Casa do Albergado José Alencar Rogêdo da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **nomeia**, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e tendo em vista a Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e o Decreto nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, **REINALDO PEREIRA DE ARAUJO**, MASP 11733474, para o cargo de provimento em comissão DAD-5 JD1100133, de recrutamento limitado, para dirigir o Presídio de Nova Serrana da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e dos Decretos nº 44.485, de 14 de março de 2007 e nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, **atribui** a **ROGERIO RODRIGUES DE OLIVEIRA JUNIOR**, MASP 11012952, diretor da Casa do Albergado José Alencar Rogêdo, a gratificação temporária estratégica GTED-1 JD1100561 da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e dos Decretos nº 44.485, de 14 de março de 2007 e nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, **atribui** a **REINALDO PEREIRA DE ARAUJO**, MASP 11733474, diretor do Presídio de Nova Serrana, a gratificação temporária estratégica GTED-1 JD1100682 da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

**PELA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **revoga** o ato que atribuiu, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e dos Decretos nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, e nº 44.485, de 14 de março de 2007, a **ANA CAROLINA FONSECA NAIME PASSALIO**, MASP 1234258/0, a gratificação temporária estratégica GTED-2 MD1100828 da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **exonera**, a pedido, nos termos do art. 106, alínea “a”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, **DEMERSON APARECIDO LIMA MUNIZ**, MASP 1333948-6, do cargo de provimento em comissão DAD-6 MD1101067 da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a contar de 03/10/2022.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **exonera**, nos termos do art. 106, alínea “b”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, **GUILHERME HIROSHI SOKI AKAKI**, MASP 1363875-4, do cargo de provimento em comissão DAD-1 MD1100357 da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **exonera**, a pedido, nos termos do art. 106, alínea “a”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, **ANA CAROLINA FONSECA NAIME PASSALIO**, MASP 1234258/0, do cargo de provimento em comissão DAD-6 MD1100429 da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **nomeia**, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 2011, e o Decreto nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, **ANA CAROLINA FONSECA NAIME PASSALIO**, MASP 1234258/0, para o cargo de provimento em comissão DAD-1 MD1100357, de recrutamento limitado, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

no uso de suas atribuições, **designa FLAVIA MARA DOS SANTOS LOPES**, MASP 1021370-0, titular do cargo de provimento em comissão DAD-6 MD1101091, para responder pela Superintendência Regional de Meio Ambiente Alto São Francisco da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no período de 21/11/2022 a 02/12/2022.

no uso de suas atribuições, **designa FLÁVIA MARIA MAQUINÉ SIMÃO**, MASP 1196965-6, titular do cargo de provimento em comissão DAD-6 MD1101086, para responder pela Superintendência Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no período de 16/11/2022 a 06/12/2022.

no uso de suas atribuições, **designa KYARA CARVALHO LACERDA**, MASP 1401491-4, titular do cargo de provimento em comissão DAD-6 MD1101138, para responder pela Superintendência Regional de Meio Ambiente Leste Mineiro da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no período de 16/11/2022 a 18/11/2022.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, e nos termos do art. 7º da Lei Delegada nº 174, de 26 de janeiro de 2007, e do Decreto nº 47.686, de 26 de julho de 2019, **atribui** a **DANIELA OLIVEIRA GONÇALVES**, MASP 973134-0, titular do cargo de provimento em comissão DAD-6 MD1101074, de recrutamento amplo, a direção da Diretoria de Controle Processual da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

**PELA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e dos Decretos nº 44.485, de 14 de março de 2007 e nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, **atribui** a **AUREA JACIANE ARAUJO SANTOS**, MASP 1490602-8, do GABINETE, a gratificação temporária estratégica GTED-1 PH1100792 da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

**PELA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

no uso de suas atribuições, **designa MARTA GERVASIO GUERRA TEIXEIRA**, MASP 669444-2, titular do cargo de provimento em comissão DAD-4 SA1101754, para responder pela Superintendência Regional de Saúde de Coronel Fabriciano da Secretaria de Estado de Saúde, nas ausências do titular, no período de 17/10/2022 a 26/10/2022.

**PELA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**

**coloca**, nos termos dos art. 13, I, e art. 14 do Decreto nº 47.558, de 11 de dezembro de 2018, a servidora abaixo relacionada lotada na Secretaria de Estado de Educação à disposição da FUNDAÇÃO EDUCACIONAL CAIO MARTINS, em prorrogação, de 01/01/2023 a 31/12/2023, com ônus para o cessionário:  
GISLAINE APARECIDA DA CONCEIÇÃO, MASP 838.556-9, TDE4L, ADM.1.

**coloca**, nos termos dos art. 13, I, e art. 14 do Decreto nº 47.558, de 11 de dezembro de 2018, a servidora abaixo relacionada lotada na Secretaria de Estado de Educação à disposição da FUNDAÇÃO EDUCACIONAL CAIO MARTINS, em prorrogação, de 01/01/2023 a 31/12/2023, com ônus para o cessionário:  
RENATA ABDALA NASCIMBENE, MASP 1.048.001-0, TDE4I, ADM.1.

11 1713449 - 1

## Secretaria de Estado de Governo

Secretário: Igor Mascarenhas Eto

### Expediente

GABINETE DO SECRETÁRIO  
ATOS DO SENHOR CHEFE DE GABINETE  
O CHEFE DE GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO, no uso da competência delegada pela Resolução SEGOV nº 756/2020, publicada em 23/06/2020:  
CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA, à servidora MASP 365145-2, SIMONE MARIA DE FREITAS CARVALHAIS, admissão 1, a contar de 03/11/2022, nos termos do art. 36, §2o da CE, 1989, redação dada pela EC nº 104, de 2020 e art. 151 do ADCT da CE/89 – Regras de Transição, combinado com o art. 147, § 5º do ADCT, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 104, de 2020.  
CONVERTE FÉRIAS-PRÊMIO EM ESPÉCIE, nos termos do art. 117, do ADCT da CE/1989, à servidora MASP 387872-5, VIRGINIA LÚCIA BOA MORTE PINHO, referente ao saldo de 07 (sete) meses do cargo de Analista de Gestão, nível III, grau C, símbolo ANGES3, adquiridas até 29/02/2004 e não gozadas  
JULIANO FISCARO BORGES  
CHEFE DE GABINETE

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO  
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO,  
GESTÃO E FINANÇAS  
ATO DO SENHOR DIRETOR

O DIRETOR DA SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS, no uso da competência delegada pela Resolução SEGOV nº 756/2020 publicada em 23/06/2020, CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos do § 4º do art. 31, da CE/1989, ao servidor MASP 3234345-8, CLAYTON MESQUITA PEREIRA, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, NÍVEL VI, GRAU E, SÍMBOLO AAG6, referente ao 7º quinquênio de exercício, a partir de 11/11/2022.

MARCELUS FERNANDES LIMA  
DIRETOR

11 1713388 - 1

## Advocacia-Geral do Estado

Advogado-Geral: Sérgio Pessoa de Paula Castro

### Expediente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Cabe recurso ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Minas Gerais das decisões prolatadas pelo CAP, nos termos do art.46 e Segs do Decreto 46.120, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho de Administração de Pessoal.

DELIBERAÇÃO Nº 27.803/CAP/22

Reclamante M. M . A – Processo SEI Nº 1080.01.0061322/2022-27 – Conselheira relatora Gabriela Bernardes de Vasconcellos Lopes. Julgamento 20/10/2022.

Revisão do Enquadramento no Plano de Cargos e Salários – Transposição para o Quadro de Funções Públicas de Ciência e Tecnologia a que se refere a Lei Estadual nº 10.324/1990 – Não conhecimento da reclamação – Deficiência na instrução processual – Ausência de juntada do requerimento Administrativo e da decisão do órgão de origem – Mera apresentação de posicionamento da Advocacia Geral do Estado – Regulamento CAP regido à época pelo Decreto Estadual nº 17.301/1975 – Reclamação originária.

Impõe-se o não conhecimento da reclamação apresentada pela servidora em virtude da inexistência nos autos de ato de indeferimento e de cópia do pedido eventualmente formulado perante o órgão de origem, circunstância que caracteriza a reclamação como originária.

DELIBERAÇÃO Nº 27.804/CAP/22

Reclamante V. P. B – Processo SEI Nº 1080.01.0056453/2022-55 – Conselheira relatora Tamires Natalia Brumer Pedrosa. Julgamento 20/10/22.

Servidor da FUNED – Computo de tempo prestado à iniciativa privada para fins de concessão de adicionais por tempo de serviço – Pleito atendido pela via administrativa – Perda do objeto – Não conhecimento.

Considerando que o reclamante teve o seu pleito atendido pela administração, impõe-se o não conhecimento da reclamação por perda de objeto.

DELIBERAÇÃO Nº 26.805/CAP/22

Reclamante F. E. A. C – Conselheira relatora Tamires Natália Brumer Pedrosa. Julgamento 20/10/2022.

Servidora do DER/MG – Reajuste 10% – Decreto Estadual Nº 36.829 de 27/04/1995 – Pleito atendido pela via judicial – Perda do objeto – Não Conhecimento.

Considerando que a reclamante obteve judicialmente o reajuste pretendido, concedido pelo Decreto nº 36.829/95, impõe-se o não conhecimento da reclamação por perda de objeto, nos termos do disposto nos artigos 22, I e 23 do decreto nº 46.120/2013.

Pauta para a (2109º) segunda milésima centésima nona reunião ordinária a ser realizada no dia 17 de novembro de 2022, às 14h por videoconferência.1.Processo SEI Nº 1080.01.0085816/2022-35-1080.01.0074828/2021-88 – Reclamante W. F dos S–Conselheira Tamires Pedrosa.

11 1713286 - 1

## Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Chefe da Polícia Civil: Joaquim Francisco Neto e Silva

### Expediente

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PAGAMENTO DE PESSOAL  
ATOS ASSINADOS PELO SENHOR DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PAGAMENTO DE PESSOAL

1.184 - no uso das atribuições conferidas pelo § 2º do Art. 33, do Decreto n.º 46.549, de 27 de junho de 2014, concede Progressão, nos termos do § 2º do Art. 93 da Lei Complementar n.º 129, de 08 de novembro de 2013, aos servidores abaixo relacionados, ocupantes dos cargos de carreira do quadro de provimento efetivo da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais:

CARGO: Delegado de Polícia, Nível Geral

Dados do Servidor	Situação Anterior	Posicionamento	
Masp	Nome	Grau	Vigência
294.933-7	Windsor de Mattos Pereira	A	B 08/11/2022

CARGO: Perito Criminal, Nível Especial

Dados do Servidor	Situação Anterior	Posicionamento	
Masp	Nome	Grau	Vigência
387.480-7	Reginaldo Cadete Braga	A	B 03/11/2022

CARGO: Escrivão de Polícia, Nível Especial

Dados do Servidor	Situação Anterior	Posicionamento	
Masp	Nome	Grau	Vigência
842.930-0	Virginia Tamie Vieira Kubo	A	Inspetor de Escrivão 10/11/2022

CARGO: Investigador de Polícia, Nível Especial

Dados do Servidor	Situação Anterior	Posicionamento	
Masp	Nome	Grau	Vigência
344.072-4	Reginaldo Rodrigues dos Santos	A	Inspetor de Investigação 08/11/2022
346.199-3	Luciano Lopes Ferreira	A	Inspetor de Investigação 03/11/2022
349.111-5	Ronaldo Moura da Silva	A	Inspetor de Investigação 03/11/2022
376.945-2	Silas Eduardo Lopes de Andrade	A	Inspetor de Investigação 09/11/2022
667.642-3	Elisa Regina de Nazareth	A	Inspetor de Investigação 08/11/2022
667.888-2	Welber Sandro Muniz	A	Inspetor de Investigação 06/11/2022

11 1713402 - 1

## Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Comandante-Geral : Cel PM Rodrigo Sousa Rodrigues

### Expediente

ATOS DO COMANDANTE DO 49º BPM  
Em cumprimento a decisão Judicial datada de 16/02/2019, conforme processo nº. 5003489-16.2021.8.13.0024, da 1ª Unidade Jurisdicional da Fazenda Pública do Juizado Especial 41º JD Belo Horizonte, deferido em favor da servidora n. 164.946-6, RAFAELA ALVES MACHADO, ocupante do cargo de provimento efetivo da carreira de Assistente Administrativo da Polícia Militar, código ASPM, nível “I”, grau “D”. CONCEDE nos termos da Emenda à Constituição nº 19, de 04/06/1998, c/c o art.112 do ADCT, da CE/1989, com redação dada pelo artigo 4º da Emenda à Constituição nº 57, de 15/07/2003, sendo o 1º quinquênio a partir de 19/04/2017, 2º quinquênio a partir de 19/04/2017 e 3º quinquênio a partir de 15/08/2018.

11 1712900 - 1

ATO ASSINADO PELO SENHOR CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS:

no uso das atribuições que lhe foram subdelegadas pelo inciso II, do artigo 1º, da Resolução n. 3.806, de 10/03/2005, avocada pelo inciso III, do artigo 1º, do Decreto n. 36.885, de 23/05/1995; e considerando o previsto na alínea “c”, do inciso XVII, do artigo 7º, da Resolução n. 4.452, de 14/01/2016, e,

REFORMANDO POR LIMITE DE IDADE: (2º via)  
de conformidade com o artigo 141 da Lei n. 5.301, de 16/10/1969, o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais (EMEMG) resolve reformar por limite de idade os seguintes militares:  
-n. 028.608-8, Cabo PM QPR João Viana Duarte, CPF: 071.314.376-20, a partir de 20/11/1996, com os proventos integrais de sua Graduação, por ter completado idade limite de permanência na reserva.

11 1712831 - 1

DESPACHO ADMINISTRATIVO EM REQUERIMENTO N. 82/2022- CG

O CORONEL PM COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, no exercício da competência prevista no inciso VI, art. 6º do Decreto n. 18.445, de 15 de abril de 1977, que aprova o Regulamento de Competência e Estrutura dos órgãos previstos na Lei n. 6.624, de 18 de julho de 1975, que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (R-100), c/c disposto no art. 10, do Decreto n. 28.039, de 02 de maio de 1988, que dispõe sobre a concessão de licença para tratar de interesses particulares ao funcionário público civil do Estado de Minas Gerais, e:

1 CONSIDERANDO QUE:

1.1 O servidor civil n. 165.664-4, João Guilherme da Costa Augustinho apresentou requerimento solicitando o afastamento em gozo de licença para tratar de interesses particulares (LIP), instruído por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) n. 1250.01.0010395/2022-94;

1.2 O requerente ingressou na Polícia Militar em 2 de junho de 2014, aprovado no concurso público para o cargo de Assistente Administrativo da Polícia Militar, atualmente lotado na DRHS;

1.3 O processo SEI encontra-se instruído com os seguintes documentos: requerimento, declaração da chefia imediata (declaração de interesse público), certidão de nada consta da Controladoria Geral do Estado (CGE), certidão negativa de existência de sindicância e/ou processo administrativo disciplinar, certidão negativa de débitos junto aos cofres públicos estaduais, certidão negativa de débito junto ao IPSEMG, termo de ciência e compromisso assinado pelo requerente, sobre a contribuição com o regime de previdência dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais e, ainda, a justificativa fundamentada, nos termos da Orientação de serviço SEPLAG/SCAP n. 10/202



MINAS GERAIS

Art. 58 – As reuniões a que se refere o art. 56 serão realizadas por meio de sistema digital de videoconferência, sendo disponibilizadas no sítio eletrônico do órgão ambiental as orientações para participação da reunião.

Parágrafo único – Para fins deste regimento interno, entende-se como sistema digital de videoconferência o conjunto tecnológico que conecta diversos dispositivos digitais através da internet em um único ambiente virtual, no qual são transmitidos simultaneamente áudio e vídeo capturados por todos os dispositivos conectados e realiza a transmissão deste ambiente virtual para plataformas digitais de transmissão.

Art. 59 – O acesso ao sistema digital de videoconferência de reuniões do Copam, para participação, será restrito aos conselheiros que confirmarem presença na reunião da unidade colegiada e aos inscritos no formulário eletrônico de manifestação, observado o disposto no §1º e no art. 43.

§ 1º – O acesso aos sistemas digitais é indispensável para:

- I – o Presidente da reunião;
- II – o assessor regimental;
- III – a Secretaria Executiva da unidade colegiada;
- IV – a equipe técnica de apoio que tenha processos pautados;
- V – o conselheiro, titular ou suplente, confirmado;
- VI – os interessados devidamente inscritos no formulário eletrônico de manifestação;
- VII – os convidados de que trata o art. 46.

§ 2º – A Secretaria Executiva da unidade colegiada encaminhará aos interessados de que tratam os incisos I ao VII do §1º os dados para acesso à videoconferência.

§ 3º – Deverão ser observadas as orientações de participação disponibilizadas pela Secretaria Executiva da unidade colegiada, no sítio eletrônico do órgão ambiental.

§ 4º – Os demais interessados em assistir às reuniões terão acesso à plataforma digital de transmissão ao vivo, divulgada na forma do art. 68.

§ 5º – Para fins deste regimento interno, entende-se como plataforma digital de transmissão o serviço tecnológico que permite a transmissão e armazenamento de conteúdo audiovisual através da internet e que pode ser acessado por qualquer interessado a qualquer momento e em qualquer local.

Art. 60 – No caso de falha ou interrupção do sistema digital de videoconferência ou da plataforma de transmissão da reunião, serão preservados os atos já praticados e registrados em gravação.

Parágrafo único – Ultrapassados trinta minutos sem que tenha sido reestabelecida a conexão com o sistema digital de videoconferência ou conexão com a plataforma de transmissão da reunião, os itens de pauta não apresentados ou não deliberados ficarão sobrestados para a reunião subsequente.

Subseção I  
Da participação

Art. 61 – Os conselheiros e demais interessados em se manifestar na reunião remota ou híbrida terão acesso ao sistema de videoconferência para que, remotamente, possam fazer uso da palavra, desde que satisfaçam as seguintes condições:

I – observância das condições técnicas para que possam participar da reunião por meio de videoconferência, sendo imprescindível:

- a) conexão estável de internet;
  - b) utilização do sistema de videoconferência definido pela Secretaria Executiva do Copam;
  - c) utilização de computador desktop, smartphone, tablet ou notebook, próprio ou fornecido pelo órgão ou entidade que representa, equipado com câmera e microfone;
  - II – estar devidamente identificado com nome, sobrenome e demais informações exigidas pela Secretaria Executiva da unidade colegiada;
  - III – observar as orientações disponibilizadas pela Secretaria Executiva no sítio eletrônico do órgão ambiental.
- Art. 62 – A responsabilidade pela conexão estável de internet, instalação e utilização do aplicativo de videoconferência é exclusiva dos conselheiros e demais interessados.

Parágrafo único – Para fins deste regimento interno, entende-se como aplicativo de videoconferência o software utilizado pelo usuário final, através de smartphone, notebook, tablet ou computador desktop, para se conectar ao sistema de videoconferência.

Art. 63 – Aos conselheiros dos órgãos ou entidades que não comparecerem às reuniões aplicam-se as sanções previstas neste regimento interno.

Art. 64 – Tratando-se de reunião híbrida, o conselheiro e demais interessados inscritos poderão optar por qual modalidade participará, observando as regras dispostas neste regimento interno.

Art. 65 – Aplica-se às reuniões remotas ou híbridas o disposto no art. 43.

Art. 66 – Os interessados que se inscreverem no formulário eletrônico de manifestação, observados os critérios dispostos no art. 43, deverão acessar o sistema digital de videoconferência e aguardar o aceite para sua participação na reunião.

Parágrafo único – Iniciada a discussão do item de pauta em que haja inscrição para manifestação, caso o interessado não tenha acessado o sistema de videoconferência, nos termos do caput, a discussão prosseguirá, ficando precluso seu direito de manifestação.

Art. 67 – O tempo de duração para manifestação de conselheiros e interessados nas reuniões remotas ou híbridas é o disposto nos arts. 36 e 43.

§ 1º – O Presidente da reunião poderá solicitar à equipe técnica responsável que desative o áudio daquele que ultrapassar o tempo regimental de manifestação.

§ 2º – O inscrito que estiver participando remotamente deverá sair voluntariamente da plataforma digital após concluída sua manifestação no item desejado, sob pena de ser retirado, sem possibilidade de retorno.

CAPÍTULO V  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 68 – As reuniões remotas ou híbridas deverão ser transmitidas por meio da plataforma digital de transmissão ao vivo previamente divulgada no sítio eletrônico do órgão ambiental.

Art. 69 – Os recursos de competência das unidades do Copam que não atenderem à verificação dos requisitos de admissibilidade previstos em regulamento não serão pautados.

§ 1º – A análise de admissibilidade do recurso será exercida pelo órgão que subsidiou a decisão recorrida.

§ 2º – O não atendimento aos requisitos de admissibilidade será certificado nos autos do processo e o recurso não será conhecido.

Art. 70 – É vedada a distribuição de documentos aos conselheiros, no local da reunião, relacionados às matérias pautadas para deliberação.

Art. 71 – Este regimento interno poderá ser modificado mediante apresentação de proposta por qualquer membro do Plenário, que será pautada em reunião posterior e, caso aprovada, ficará sujeita a homologação pelo Presidente do Copam.

Art. 72 – Os casos omissos quanto ao funcionamento das reuniões das unidades colegiadas serão resolvidos pelo Presidente do Copam, ad referendum do Plenário.

Art. 73 – Fica revogada a Deliberação Normativa Copam nº 177, de 22 de agosto de 2012.

Art. 74 – Esta deliberação normativa entrará em vigor trinta dias após a sua publicação.

Belo Horizonte, 17 de novembro de 2022.

MARÍLIA CARVALHO DE MELO

Presidente do Conselho Estadual de Política Ambiental

30 1720216 - 1

DIÁRIO DO EXECUTIVO

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Jequitinhonha torna público que foram CONCEDIDAS as Licenças Ambientais abaixo identificadas:

- Licença Ambiental Concomitante – LAC1 (LP+LI+LO):

1) MINERACAO JUPITER LTDA, Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento, Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos, Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários, Diamantina/MG, PA nº 357/2022, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 31/10/2032. 2) BONTEMPI MOVEIS LTDA, Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento, Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos, Araçuaí/MG, PA nº 555/2022, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 17/01/2029.

(a) Rita de Cassia Silva Braga e Braga. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Jequitinhonha

30 1720083 - 1

O Superintendente Regional da Supram Zona da Mata, torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisão pelo deferimento: 1) Doce Estofados Comércio e Indústria Eireli - Fabricação de móveis de madeira, e/ou seus derivados, com pintura e/ou verniz, Senador Firmino/MG, PA SLA nº 3420/2022, com validade até 30/11/2032.

(a) Dorgival da Silva. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Zona da Mata.

30 1720134 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro, torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento, com validade: 10 (dez) anos. 1) Conservadora e Dedetizadora Oliveira Ltda. - Central de armazenamento temporário e/ou transferência de resíduos Classe I perigosos - Iturama/MG - PA nº4204/2022, Classe 2. 2) Agropecuária Mario Marquez Ltda - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivosagrossilvipastoris, exceto horticultura, Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo - Capinópolis/MG - PA nº4193/2022, Classe 2.

(a) Kamila Borges Alves. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro.

30 1720195 - 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram: - LAS/RAS: 1) M & N Areia, Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Ipanema/MG, PA/Nº 4227/2022, Classe 2. 2) São Gonçalo Extração e Comércio de Granitos Ltda., Lavra a céu aberto – Rochas ornamentais e de revestimento; Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos; Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários, Itambé do Mato Dentro/MG, PA/Nº 4229/2022, Classe 2.

(a) Fabricio de Souza Ribeiro. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro torna público o indeferimento das Licenças Ambientais abaixo identificadas:

- LAS RAS: 1) Município de Central de Minas – Usina de Triagem e Compostagem de Central de Minas, Unidade de triagem de recicláveis e/ou de tratamento de resíduos orgânicos originados de resíduos sólidos urbanos, Central de Minas/MG, PA/Nº 2506/2022, Classe 2. Motivo: atendimento incompleto das informações complementares. 2) Mineração Faísca Ltda., Lavra em alúvio, exceto areia e cascalho, Novo Oriente de Minas/MG, PA/Nº 3252/2022, Classe 2. Motivo: impossibilidade técnica.

(a) Fabricio de Souza Ribeiro. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento e prazo de validade de 10 (dez) anos:

1) Auto Posto São Geraldo do Baixo Ltda - Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação. - São Geraldo do Baixo/MG - PA/Nº: 4173/2022. 2) Recreauto Peças e Serviços Ltda - Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de pilhas e baterias; ou baterias automotivas. - João Monlevade/MG - PA/Nº: 4175/2022.

(a) Fabricio de Souza Ribeiro. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro torna público o cancelamento da Licença Ambiental abaixo identificada:

- LAS CADASTRO: 1) Auto Posto São Geraldo do Baixo Ltda - Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação. - São Geraldo do Baixo/MG - PA/Nº: 145/2022. Classe 2. Motivo: Perda do objeto.

(a) Fabricio de Souza Ribeiro. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Leste Mineiro torna público que foi concedida a Licença Ambiental abaixo identificada:

- LAS RAS: 1) Laticínio Suaqui Prime Ltda., Fabricação de produtos de laticínios, exceto envase de leite fluido; Resfriamento e distribuição de leite em instalações industriais e/ou envase de leite fluido; Secagem e/ou concentração de produtos alimentícios, inclusive leite e soro de leite; Compostagem de resíduos industriais, São Pedro do Suaqui/MG, PA/ Nº 2059/2022, Classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até 30/11/2032.

(a) Fabricio de Souza Ribeiro. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro.

30 1720156 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana, torna público o arquivamento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado:

\* Licença de Operação Corretiva (LAC1): 1) Alpine Metal Teeh Brasil - Peças e Serviços Ltda., fabricação de máquinas em geral e implementos agrícolas, bem como suas peças e acessórios metálicos, Nova Lima/MG, Processo nº 6446/2021, classe 4. Motivo: não atendimento satisfatório das informações complementares. \*Licença Prévia concomitante com licença de Instalação e de Operação (LAC1): 1) Ure Fiant Energias Ltda., outras formas de destinação de resíduos não listados ou não classificadas, Sabará/MG, Processo 1475/2022, classe 4. Motivo: não atendimento as informações complementares

(a) Flávia Maria Maquiné Simão - Designada para responder pela Superintendência Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no período de 16/11/2022 a 06/12/2022.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou:

\*Licença Ambiental Simplificada (LAS/RAS): 1) Caio Martins da Silva Almeida, avicultura, Baldim/MG, Processo nº 4223/2022, classe 2.

(a) Flávia Maria Maquiné Simão - Designada para responder pela Superintendência Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no período de 16/11/2022 a 06/12/2022.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou Licença Ambiental. Informa que foi apresentado EIA/ RIMA, e que os estudos ambientais se encontram à disposição dos interessados no endereço eletrônico <http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consulta-audiencia>. Comunica que os interessados na realização de Audiência Pública deverão formalizar o requerimento, conforme Deliberação Normativa Copam nº 225/2018, no site <http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consultaaudiencia>, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data desta publicação.

(a) Flávia Maria Maquiné Simão - Designada para responder pela Superintendência Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no período de 16/11/2022 a 06/12/2022.

\*Licença Prévia (LAT): 1) Reaproveitamento de Bens Minerais Dispostos na Barragem Xingu/Vale S. A., reaproveitamento de bens minerais dispostos em barragem (minério de ferro), Mariana e Ouro Preto/MG, Processo nº 4224/2022, ANM/Nº 1076/1967, 2329/1935, 831.097/1984, 831.588/1984, 830.464/1991, 930.016/1995, 830.785/2000 e 831.639/2000, classe 2.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana torna público que foi concedida a licença ambiental abaixo identificada:

\*Licença Ambiental Simplificada (LAS/RAS): 1) Santanense Mineração S.A., reaproveitamento de bens minerais metálicos dispostos em pilha de estéril ou rejeito (minério de ferro), ANM/Nº 005.761/1965, Itatiaiuçu/MG, Processo nº 1669/2022, classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 30/11/2032.

(a) Flávia Maria Maquiné Simão - Designada para responder pela Superintendência Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no período de 16/11/2022 a 06/12/2022.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana torna público o indeferimento dos processos de Licenciamento Ambiental abaixo identificados:

\*Licença Ambiental Simplificada (LAS/RAS): 1) Bosco CRR/Felipe Bosco Reis, aterro de resíduos da construção civil (classe “A”), exceto aterro para fins de terraplanagem em empreendimento ou atividade com regularização ambiental, ou com a finalidade de nivelamento de terreno previsto em projeto aprovado da ocupação, Vespasiano/ MG, Processo nº 2956/2022, classe 3. Motivo: com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), nas verificações realizadas nos autos do processo e apontadas no parecer, nas questões técnicas deficientes, considerando a não apresentação de ato autorizativo relacionado a agenda verde de forma prévia (para supressão de indivíduos arbóreos isolados), e considerando o disposto no parágrafo único, artigo 15, da DN Copam 217/2017. 2) Coluna Pérola Mineração Ltda, lavra a céu aberto - rochas ornamentais e de revestimento; pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos – mármore ornamental, ANM/Nº 27203.831177/1984-68, Ouro Preto/MG, Processo nº 2845/2022, classe 2. Motivo: desconsideração de incidência de critério locacional na caracterização do empreendimento; não apresentação das autorizações para intervenções ambientais realizadas e descumprimento do no artigo 15 da DN Copam 217/2017.

(a) Flávia Maria Maquiné Simão - Designada para responder pela Superintendência Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no período de 16/11/2022 a 06/12/2022.

30 1720252 - 1

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

(Publicado no Diário Oficial de MG no dia 30/11/2022 – pag. 14) Onde se lê:

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram do Alto São Francisco torna público o ARQUIVAMENTO do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado: LAC2 (LOC): 1) Ripar Mineração EIRELI – Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, ANM Nº 831.490/2010 e 833.198/2011 – Itaguara/MG – PA/Nº 00983/2014/002/2018 – Classe 4. Motivo: a pedido do empreendedor. \*Autorização Intervenção Ambiental – AIA: Intervenção sem supressão da cobertura vegetal em área de preservação permanente – PA Nº 5598/2018. Motivo: processo vinculado ao PA/Nº 00983/2014/002/2018.

Sra. Flávia Mara dos Santos Lopes, Diretora Regional de Administração e Finanças designada para responder pela Superintendência Regional de Meio Ambiente SUPRAM Alto do Francisco.

(...)

Leia-se:

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram do Alto São Francisco torna público o ARQUIVAMENTO do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado:

LAC2 (LOC): 1) Ripar Mineração EIRELI – Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, ANM Nº 831.490/2010 e 833.198/2011 – Itaguara/MG – PA/Nº 00983/2014/002/2018 – Classe 4. Motivo: a pedido do empreendedor. \*Autorização Intervenção Ambiental – AIA: Intervenção sem supressão da cobertura vegetal em área de preservação permanente; Intervenção com supressão da cobertura vegetal em área de preservação permanente e Supressão de cobertura vegetal nativa – PA Nº 5598/2018. Motivo: processo vinculado ao PA/Nº 00983/2014/002/2018.

Sra. Flávia Mara dos Santos Lopes, Diretora Regional de Administração e Finanças designada para responder pela Superintendência Regional de Meio Ambiente SUPRAM Alto do Francisco.

\*As demais informações permanecem inalteradas.

30 1719945 - 1

O Superintendente Regional da SUPRAM Zona da Mata, torna público os arquivamentos dos processos de Licenciamento Ambientais abaixo identificados:

- Licença Prévia – LP (LAT): 1) Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Viçosa, Aterro sanitário, inclusive Aterro Sanitário de Pequeno Porte – ASPP, Viçosa/MG, PA nº 1111/2022. Classe 3. Motivo: Impossibilidade técnica.

(a) Dorgival da Silva. Superintendente Regional da SUPRAM Zona da Mata.

30 1720145 - 1

Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM

Diretor-Geral: Marcelo da Fonseca

O Superintendente da SUPRAM Noroeste de Minas, no uso de suas atribuições estabelecidas no art. 2º do Decreto Estadual nº 47.383 de 02/03/2018, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

Retifica-se a portaria nº. 0702118 publicada dia 19/03/2021.

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Onde se lê:

Outorgado: Agro Yamamoto Ltda e Outros. CNPJ: 24.811.\*\*\*\*/\*\*\*\*. Vazão captada: 1,0 (m³/h) nos meses de janeiro a dezembro. 12:00 horas/dia nos meses de janeiro a dezembro. 31 dias/mês em janeiro, março, maio, julho, agosto, outubro e dezembro. 28 dias/mês em fevereiro, 30 dias/mês em abril, junho, setembro e novembro.

(...)

Leia-se: Outorgados: Agro Yamamoto Ltda; Fazenda Yamamoto Ltda; Helio Akira Yamamoto; Lelia Yassuka Yamamoto; Sergio Koichiro Yamamoto; Ricardo Kazuo Yamamoto; Masao Yamamoto. CNPJ's: 24.811.\*\*\*\*/\*\*\*\*. 24.921.\*\*\*\*/\*\*\*\*. CPF's: 005.27\*.\*\*\*\*. 895.92\*.\*\*\*\*. 844.46\*.\*\*\*\*. 947.07\*.\*\*\*\*. 030.07\*.\*\*\*\*. Vazão captada: 3,50 (m³/h) nos meses de janeiro a dezembro. 12:00 horas/dia nos meses de janeiro a dezembro. 31 dias nos meses de janeiro, março, maio, julho, agosto, outubro e dezembro. 28 dias no mês de fevereiro. 30 dias nos meses de abril, junho, setembro e novembro. Volume: 1302 m³ nos meses de janeiro, março, maio, julho, agosto, outubro e dezembro. 1176 m³ em fevereiro. 1260 m³ nos meses de abril, junho, setembro e novembro. Município: Paracatu/MG.

(...)

Unai, 30 de novembro de 2022.

30 1719920 - 1

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas, URG A Zona da Mata, no uso da competência delegada pela Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 30 de 09 de agosto de 2022, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos: \*Processo nº 17444/2021, Usuário: CGH da Serra, Santos Dumont, Deferido com condicionantes, Portaria nº 2008789/2022. Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URG A Zona da Mata. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, [www.igam.mg.gov.br](http://www.igam.mg.gov.br). Ubá, 30 de Novembro de 2022.

30 1719781 - 1

O Superintendente SUPRAM Central Metropolitana no uso de suas atribuições estabelecidas no art. 2º do Decreto Estadual nº. 47.383 de 02/03/2018, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

\*Processo nº 01209/2017, Usuário: Ical - Indústria de Calcinção Ltda, São José da Lapa, Deferido com condicionantes, Portaria nº 0308783/2022.\*Processo nº 14835/2022, Usuário: Ical - Indústria de Calcinção Ltda, São José da Lapa, Deferido com condicionantes, Portaria nº 0308784/2022.\*Processo nº 49075/2022, Usuário: Ical - Indústria de Calcinção Ltda, São José da Lapa, Deferido com condicionantes, Portaria nº 0308785/2022. Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na SUPRAM Central Metropolitana. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, [www.igam.mg.gov.br](http://www.igam.mg.gov.br). Belo Horizonte, 30 de Novembro de 2022.

30 1720032 - 1

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas Ural, do Noroeste de Minas no uso da competência delegada pelo Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 30 de 09 de agosto de 2022, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

Retificação

Retifica-se a portaria nº. 1700612 publicada dia 31/10/2018. Outorgado: Jovelino Esmério Branquinho. CPF: 021.05\*\*\*\*. Onde se lê: Área Irrigada: 70,0 ha, Vazão Autorizada: 70,0 l/s nos meses de janeiro a julho, setembro outubro e dezembro, sendo 4 dias/mês em janeiro e outubro, 6 dias/mês em fevereiro, 3 dias/mês em março e setembro, 9 dias/mês em abril, 11 dias/mês em maio, 5 dias/mês em junho e julho, 1 dia/mês dezembro Leia-se: Área Irrigada: 238,08 ha. Vazão Autorizada: 70 l/s, 11 horas/dia, 12 meses/ano sendo 30 dias/mês em janeiro, março, novembro e dezembro, 25 dias/mês em fevereiro, 20 dias/mês em abril e maio, 11 dias/mês em junho, 9 dias/mês em julho e agosto, 8 dias/mês em setembro e outubro. Município: Bonfinópolis de Minas/MG. Retifica-se a portaria nº. 1708899 publicada dia 21/11/2020. Outorgado: Jose Ricardo Stabile e Outros. CPF: 693.41\*\*\*\*. Onde se lê: Área Irrigada: 200,00 ha, Vazão Autorizada: 132 l/s nos meses de janeiro a julho, outubro a dezembro, com tempo de captação de 21:00 horas/dias, sendo 10 dias/mês em janeiro, 15 dias/mês em fevereiro e dezembro, 20 dias/mês em março e novembro, 25 dias/mês em abril e outubro, e 30 dias/mês de maio a julho. Leia-se: Área Irrigada: 360,0 ha. Vazão Autorizada: 250 l/s, 21 horas/dia, 12 meses/ano, sendo 20 dias/mês de janeiro a março, agosto setembro e novembro, 25 dias/mês em abril e outubro, 30 dias/mês de maio a julho e 15 dias/mês em dezembro. Município: Vazante/MG. Retifica-se a portaria nº. 1704471 publicada dia 27/05/2021. Outorgado: Jearley Meneses Leite. CPF: 043.99\*\*\*\*. Onde se lê: Área Irrigada: 60,0 ha, Vazão Autorizada: 60 l/s de janeiro a junho e de outubro a dezembro. Leia-se: Área Irrigada: 90,0 ha, Vazão Autorizada: 90 l/s de janeiro a junho e de outubro a dezembro. Município: Buritis/MG. Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URG A Noroeste de Minas Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, [www.igam.mg.gov.br](http://www.igam.mg.gov.br) Unai, 30 de novembro de 2022.

30 1720008 - 1

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas,URGA Noroeste de Minas, no uso da competência delegada pela Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 30 de 09 de agosto de 2022,

cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

\*Processo nº 32815/2022, Usuário: Décio Bruxel e Outros, Varjão de Minas, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1708731/2022.\*Processo nº 46406/2022, Usuário: Carlos Roberto Mena Romeiro, Buritis, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1708733/2022.\*Processo nº 50136/2022, Usuário: Raimundo Sauer, Cabeceira Grande, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1708738/2022.\*Processo nº 42460/2022, Usuário: João Antônio Landim, Lagamar, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1708744/2022.\*Processo nº 50686/2022, Usuário: Renata Guimarães Teixeira Borges, Lagoa Grande, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1708746/2022.\*Processo nº 55168/2022, Usuário: Celso Manica, Unai, Deferido com condicionantes, Portarianº 1708752/2022.\*Processo nº 30593/2022, Usuário: Moacir Tagliaferro, Paracatu, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1708756/2022.\*Processo nº 41352/2022, Usuário: Manga Reflorestamento e Agropecuária Ltda, João Pinheiro, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1708766/2022.\*Processo nº 50794/2022, Usuário: CDR Construtora Imobiliária e Imcorporadora Ltda, Unai, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1708777/2022.\*Processo nº 52663/2022,Usuário: Espolio de João Ranulfo Pereira e Outro, João Pinheiro, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1708780/2022.\*Processo nº 04748/0202, Usuário: Geraldo Magela de Oliveira , Lagoa Grande, Deferidocom condicionantes, Portaria nº1708787/2022.\*Processo nº 47074/2022, Usuário: Luiz Olavo Scarpini, São Gonçalo do Abaeté, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1708788/2022.

Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URG A Noroeste de Minas. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, [www.igam.mg.gov.br](http://www.igam.mg.gov.br). Unai, 30 de novembro de 2022.

30 1719704 - 1